

ARAGUAÍNA-TO: O PASSADO NO PRESENTE, O ALICIAMENTO DOS TRABALHADORES VITÍMAS DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Araguaína-TO: the past in nowadays, enticing workers victims of slavery debt

Alberto Pereira Lopes
Universidade Federal do Tocantins
beto@uft.edu.br

Resumo

A escravidão por dívida no Brasil se faz presente mediante os resquícios advindos do trabalho escravo moderno do século XVI, cujo elemento primordial estava na acumulação da riqueza. A passagem de um sistema de cativo para um trabalho livre não foi suficiente para a sujeição do trabalhador aos proprietários de terras. O objetivo: analisar o lugar referente ao recrutamento dos camponeses vítimas do trabalho escravo na cidade de Araguaína-TO e as condições elucidadas em sua localização, como a estrutura das pensões e a integração dos proprietários na cadeia da prática de trabalho escravo contemporâneo. A metodologia utilizada: roteiro de entrevistas com os donos de pensões, trabalhadores, conversas informais, além da literatura sobre a estrutura da terra no Brasil, conflitos no campo, reforma agrária, trabalho escravo. Resultado: O trabalhador encontra-se sujeito a uma situação criada pelo aliciador, que ganha em cima da força de trabalho pautado na obediência e na sujeição.

Palavras-chave: Fronteira, Araguaína, periferia, trabalho escravo, dívida

Abstract

The debt bondage in Brazil still remains present due to its remainings arising from the modern slave labor of the sixteenth century, which main aspect was the accumulation of wealth. The transition from a captive system to a free labor system was not enough to subjugate the worker to the landowners. The objective: analyzing the place regarding the recruitment of peasants victims of slave labor in the city of Araguaína-TO, the housing conditions present in its location, such as the structure of boarding houses and the integration of the owners in the chain of contemporary practice of slave labor. The methodology used: interview script with the pension owners, workers, informal

conversations, as well as literature on the land structure in Brazil, conflicts in the countryside, agrarian reform, labor. Result: The worker is subjugated to a situation created by the Enticer, profiting over the workforce ruled in obedience and subjugation.

Keywords: debt bondage; debt; Araguaína; slave labor; suburb; border.

Resumen

La esclavitud para la deuda en el Brasil si regalo de las marcas por medio de los resquicios sucedidos del trabajo esclavizado moderno del siglo XVI, que elemento primordial estaba en la acumulación de la abundancia. El boleto de un sistema del cautiverio para un trabajo libre no era bastante para el sometimiento del trabajador a los propietarios de tierra. El objetivo: para analizar el lugar que se refiere al reclutamiento de las víctimas de los campesinos del trabajo esclavizado en la ciudad de Araguaína-TO y de las condiciones aclaradas en su localización, como la estructura de las pensiones y la integración de los propietarios en la cadena de práctico del trabajo esclavizado el contemporáneo. La metodología usada: la escritura de entrevistas con los dueños informales de pensiones, trabajadores, colloquies, más allá de la literatura en la estructura de la tierra en el Brasil, está en conflicto en el campo, reforma agraria, trabajo esclavizado. Resultado: El trabajador resuelve una situación creada para el aliciador conforme a, ése gana encendido de la fuerza del pautado del trabajo en la obediencia y el sometimiento.

Palabra-llave: La frontera, Araguaína, periferia, esclavizó el trabajo, deuda

Introdução

A cidade de Araguaína-TO situada à margem da Belém-Brasília, é o local que apresenta os maiores índices de entrada e saída de aliciadores e aliciados mediante a sua posição geográfica, e que faz ligações com vários estados que também estão no cenário do trabalho escravo por dívida. A sua principal fonte de renda baseia-se nos serviços e na agropecuária, atividade que tem mais utilizado o trabalho degradante que se constitui no interior da propriedade privada formando a cadeia do trabalho escravo contemporâneo.

Esta cidade que fica ao norte do Estado do Tocantins, faz parte da nova fronteira agrícola do país, e tem sido o lugar ideal para a expansão da propriedade privada, da qual os donos

dos meios de produção têm utilizado a mão-de-obra de trabalhadores que se submetem às atrocidades de um trabalho movido pelo medo e ausência de liberdade, no qual tem se destacado o trabalho nas fazendas agropecuárias da região e estados vizinhos.

Nesse sentido, o trabalho faz uma análise do lugar referente ao recrutamento dos camponeses vítimas do trabalho escravo na cidade de Araguaína-TO, como também contextualizam-se a expansão capitalista de produção na nova fronteira do país e as condições que são elucidadas entre os diferentes grupos presentes. Nestes, foca-se a relação entre os trabalhadores vítimas da escravidão e os chamados proprietários na cadeia da prática de trabalho escravo contemporâneo.

Os instrumentos metodológicos partem do princípio estabelecido nas literaturas que discutem conflitos, reforma agrária, grilagem, trabalho escravo, a questão agrária no Brasil, com vários autores apontados nas referências. A pesquisa foi feita no lugar do recrutamento chamado de “a feirinha de Araguaína”, foram feitas 10 entrevistas, destas entrevistamos 03 donos de pensões e 07 trabalhadores que se encontravam hospedados.

O critério de seleção deu-se a partir do momento em que íamos encontrando os sujeitos no local para fazer a entrevista, isso diante da natureza da pesquisa ser bastante perigosa, por estarmos mexendo em algo que, aqui no Tocantins, existe mas não é assumido, isto é, não se admite haver trabalho escravo, todavia, como exemplo, parte dos representantes da sociedade são envolvidos em tais atrocidades. Tínhamos um roteiro de entrevista que seguíamos e, de acordo com resposta do entrevistado, criávamos outras perguntas caso não houvesse clareza. Além das conversas informais com a população que frequenta aquela localidade, por ser um local de comércio.

É importante ressaltar que este trabalho se deu no momento do levantamento de dados para a tese de doutorado entre uma temporalidade de 2008 a 2015. Os cuidados éticos em relação à pesquisa foram criteriosos em não divulgar as pessoas entrevistadas, devido ao compromisso de preservar suas identidades.

Para compreendermos a expansão capitalista na região da mais nova fronteira, é importante compreender que a cidade de Araguaína, por estar localizada à margem da Belém-Brasília, torna-se um local de entrada de contingente populacional vindo de várias regiões do Brasil, como dos estados do Nordeste e Sudeste para abrirem seus negócios a partir da pecuária.

A nova fronteira: o confinamento dos trabalhadores escravizados

A nova fronteira tem sido um ambiente repressivo dos que não fazem parte dos grupos chamados civilizados, porque os desprovidos são os que irão servir para a expansão da propriedade privada, por meio de sua força de trabalho que o priva do direito da própria liberdade, além de utilizar a sua mão-de-obra para fortalecer a acumulação do capital, sem receber o valor necessário para sua sobrevivência.

É a partir da fronteira que o trabalhador vai à busca de algo perdido, que é a sua dignidade como ser humano, e nela advém à esperança de encontrar o necessário para resgatar o tempo perdido de sua vida. Mas, nessas nuances de encontro e desencontro, a fronteira vai ser o local de ambição de grupos que instalaram sua forma de dominação para apreender aqueles que apenas têm a força de trabalho como meio de produção da sua existência.

É diante dessa concepção que Martins enfatiza a fronteira como o local dos diferentes grupos que se constituem em busca da terra enquanto renda, a partir da materialização do trabalho, adquirida para a reprodução do capital em sua forma contraditória. Assim afirma Martins:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É também, lugar da elaboração de uma residual concepção de Esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira o chamado branco civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é. (MARTINS, 1997, p. 11)

Diante dessa condição, a terra tornou-se cativa para os pequenos trabalhadores e exclusiva para os grupos econômicos que estão presentes desde a época do então Milagre Brasileiro na década de 1970, quando os incentivos fiscais foram destinados para que a burguesia expandisse suas riquezas em regiões que se configuravam como um atraso marcante.

Dessa maneira, encontram-se na fronteira os posseiros, os extrativistas, os indígenas, os pequenos trabalhadores que são as vítimas da reprodução capitalista de produção imposta pelos chamados civilizados, que contratam a força de trabalho desses sujeitos por meio de aliciadores para expandir suas propriedades de acordo com seus interesses. E, a partir

desses interesses, o lugar torna-se estranho para quem é contratado, mediante o não cumprimento dos acordos pelo contratante, restando-lhe o medo como companhia.

O medo de quem se encontra confinado nas propriedades é determinante no contexto da resistência, isto devido às ameaças dos que os dominam, como os gatos, pistoleiros e os próprios donos das propriedades. Figueira, argumentando sobre esta relação do medo com os trabalhadores confinados, destaca que:

Nas fazendas ou em casa, a capacidade de resistir ao medo também está restrita a algumas circunstâncias. Se o trabalhador está acompanhado por outros, ele se sente protegido. Se eles demonstram, simulada ou verdadeiramente, coragem, o amedrontado experimenta mais segurança e é incentivado a resistir; se os demais se manifestam tão ou mais enfraquecidos que ele, o amedrontado fica mais inseguro ou, por isso mesmo, para não ficar em pior situação, busca forças, inclusive religiosas, para a resistência. A disposição para enfrentar o medo se manifesta de forma diferente, porque as pessoas têm características diferentes, pessoais ou sociais – educação, origem social, vergonha, status, pressão ou o apoio da família, de amigos, de subalternos ou superiores. (FIGUEIRA, 2004, p. 156).

O medo é manifestado pelos trabalhadores no momento de fuga pelas formas de trabalho degradantes, com jornadas exaustivas de trabalho, cerceamento da liberdade, alimentação de péssima qualidade, alojamento precário etc. Nesse aspecto, assim se manifestam: “Oia moço a gente só vai porque não tem outro recurso, mas nós tem medo de ir e não voltar. Não é fácil trabalhar longe da família. Esses fazendeiros só pensa neles, e ninguém pode falar muito”. (Entrevista trabalhador, maio 2015)

As formas degradantes do trabalho escravo contemporâneo se iniciam a partir do aliciamento, embasado em falsas promessas que levam centenas de camponeses para as propriedades geograficamente isoladas, onde serão aprisionados por jagunços armados, cerceando-lhes a liberdade num assalto à dignidade humana.

Perante a legislação dos direitos humanos, todos são livres e iguais em direitos, porém, para os dominadores, o único direito é a força e o poder, que se aglutinam com a expansão da propriedade vinculada ao trabalho degradante, comprometido com o pressuposto do progresso e do desenvolvimento inexorável. A esse respeito, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o trabalho escravo contemporâneo no Brasil:

[...] resulta da soma do trabalho degradante com a privação da liberdade. O trabalhador fica preso a uma dívida, tem seus documentos retidos, é levado a um local isolado geograficamente que impede o seu retorno para casa ou não pode sair de lá, impedido por seguranças armados. No Brasil, o termo usado para este tipo de recrutamento coercitivo e prática trabalhista em áreas remotas é trabalho

escravo; todas as situações que abrangem este termo pertencem ao âmbito das convenções sobre trabalho forçado da OIT. O termo trabalho escravo se refere à condições degradantes de trabalho aliadas à impossibilidade de saída ou escape das fazendas em razão de dívidas fraudulentas ou guardas armados. (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI., 2007, p. 32).

Contudo, o que temos presenciado nessa sociedade, dita moderna e globalizada, são relatos de trabalhadores submetidos à prática análoga ao trabalho escravo. Prática essa que se emaranha como erva daninha corroendo a dignidade de tantos trabalhadores, como apresenta esta vítima na cidade de Araguaína: *“O modo dele tratar a gente, a gente lá é tratado mesmo é como escravo tem sua hora pra entrar, mas não pra sair. (...) Enquanto não acabava o dia não podia sair não, ta entendendo, aí se você trabalhava só de manhã pra o meio dia já descontava o resto do dia na bóia.”* (Entrevista, trabalhador 2015)

A fala desse trabalhador mostra a forma como acontece o trabalho escravo por dívida, cujas relações (de trabalho) entre trabalhadores e patrão estão submetidas a uma relação de poder, de domínio, daquele que acumula capital sobre o que trabalha para acumulação do capital em formas de relações não-capitalistas de produção. Como afirma Martins:

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. (MARTINS, 1998, p. 21)

Nesse contexto, as relações que se constituem no interior das fazendas agropecuárias representam a exploração do trabalho, isto diante das atividades que são exercidas pelos trabalhadores cuja mão-de-obra não é paga por quem a contrata. No entanto, o que temos é uma relação ampliada do capital com modos de relações não-capitalistas, ou seja, relações pré-capitalistas que traduz a acumulação primitiva.

Essas relações se configuram nesta modalidade e atingem muitos brasileiros que são desprovidos de direitos e se submetem às práticas análogas de trabalho escravo. É diante dessa concepção que o trabalhador encontra o aliciador que o contrata com promessas falsas para trabalharem em fazendas isoladas de aglomerações urbanas, tornando-se assim as vítimas do trabalho escravo.

Segundo o Plano de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins, esse crime acontece por quatro fatores: a servidão por dívida, o isolamento geográfico das fazendas para onde os trabalhadores são levados, a presença de guardas armados e, por último, a retenção dos documentos. Numa teia de relações que se configura no medo e no

sentimento, na coragem de submeter-se ao desconhecido, diante das necessidades de sobrevivência, esta é a única opção de vida.

Nesse contexto, o fluxo do modelo econômico vigente no qual, de certa forma, o rural não se conjuga como estância única desse processo escravocrata, pois só absorve mão-de-obra em determinadas temporadas para serviços específicos, torna os trabalhadores objetos descartáveis. No que diz respeito ao homem que saiu do campo e foi para a cidade, este encontra-se, na maioria das vezes, desempregado e sem qualificação. Este é o perfil dos trabalhadores camponeses, em especial da cidade de Araguaína-TO que ficam ali, aptos a trabalhar sem maiores exigências, tornando-se indivíduos descartáveis e substituíveis, vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo.

Araguaína- TO: um local estratégico para o aliciamento de trabalhadores

O estigma contemporâneo da escravidão não é a cor, mas a falta de liberdade de homens e mulheres como afirma a OIT (Organização Internacional do Trabalho), questão esta que, na cidade, se fortalece e encontra base para continuidade e maturação nas relações socioeconômicas, nas quais iremos encontrar grande contingente de desajustes sociais, com vítimas de uma sociedade desigual e injusta. É a partir da cidade que começa o início da cadeia do trabalho degradante.

A cidade de Araguaína é um local propício para esta relação, devido à sua posição geográfica privilegiada, ficando à margem da rodovia Belém-Brasília, o seu eixo principal que corta no sentido norte-sul. Além desta, outras rodovias estaduais cruzam a cidade, como a TO-164, que faz ligação entre os municípios de Araguaína e Xambioá, e outros municípios do estado do Pará; a rodovia 230 que liga Araguaína ao povoado de Garimpinho; a rodovia 222, que liga Araguaína à Filadélfia e a outras cidades do Maranhão, como Carolina, cuja divisa é o rio Tocantins; a rodovia 335 que faz ligações com Couto Magalhães, Conceição do Araguaia e outras cidades do sudeste do Pará, além de outras vias de acesso como o aeroporto e os rios.

Nesse sentido, percebe-se o quanto a cidade é vulnerável ao seu acesso, o que facilita escoamentos produtivos, a imigração para o Tocantins e estados vizinhos como Pará e Maranhão. Dessa forma, a cidade vem representar uma polarização sobre sua área de influência, mediante as atividades que são oferecidas, como as comerciais, administrativas, financeiras e os serviços sociais.

A cidade exerce esse poder econômico sobretudo na região norte do estado, onde também estão presentes instituições ligadas à questão da posse da terra como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Sindicato Rural ligado a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligado aos pequenos trabalhadores, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o CDHA (Centro de Direitos Humanos de Araguaína). Como podemos observar a cidade absorve forças antagônicas em relação à questão da terra, como aponta Ajara:

Sediando órgãos oficiais, como o INCRA, e privados, como UDR, além de instâncias religiosas envolvidas em questões de disputa pela posse da terra no extremo norte do estado - Bico do Papagaio -, Araguaína catalisa, também, um forte componente ideológico de identificação com as forças antagônicas aí presentes, que acabam por se manifestar no ambiente urbano. A crescente periferização da cidade é, contudo, a expressão espacial por excelência das transformações ocorridas no campo. (AJARA, 1991, p.40)

É diante desse processo de mudanças estruturais no campo, como a expropriação de trabalhadores, além de exclusão de alguns serviços, que estes buscaram a cidade como refúgio no sentido de procurar novos horizontes na busca de trabalho para a sua própria sobrevivência. Dessa forma, a periferia da cidade tem sido um local de extrema importância para os expropriados do campo que, em alguns setores, constroem seus barracos de madeira, palha ou taipa numa vida de segregação, em que a oferta de trabalho encontra-se mais em setores ligado à atividade da construção civil como casas, ou outras edificações, assim, estes fazem trabalhos temporários como pedreiros, servente etc, ou são deslocados para as regiões de lavouras temporárias, ou ainda vão trabalhar na abertura de novas fazendas. Concernente a isso afirma Martins:

Suas famílias têm enfrentado dificuldades produzidas por sua precária inserção na produção mercantil e, sobretudo, pela crônica deterioração dos preços agrícolas em relação aos preços dos produtos não-agrícolas. Em decorrência, já há longos anos procuram libertar braços e bocas excedentes nos períodos de entressafra agrícola. Geralmente são os jovens e, às vezes, também seus pais que se deslocam para as grandes cidades, para trabalhar quase sempre em serviços pesados, como os da construção civil. Ou que se deslocam para as regiões carentes de mão-de-obra agrícola temporária – áreas de grande lavoura, como a cana-de-açúcar e o café, onde se tornam braços temporários, os chamados bóias-frias ou clandestinos; ou a zona pioneira, como o Centro-Oeste e Amazônia, que é onde com mais facilidade entram nas relações de peonagem e caem no trabalho escravo. (MARTINS, 1999, p. 160)

Esse trabalhador que veio do campo, cujo conhecimento está voltado para a agricultura e a pecuária, torna-se vulnerável às práticas de trabalho degradante, para as quais são aliciados pelo gato a fim de trabalharem nas fazendas, no desmatamento para a abertura de novas fazendas, na plantação de pastagem para o gado, na construção de cerca ou outras atividades. A prática do trabalho degradante é o início para o trabalho escravo por dívida, o que imobiliza o trabalhador na busca por sua liberdade, pelo fato de encontrar-se preso diante de uma dívida forjada pelo aliciador, além do seu isolamento geográfico.

Desse modo, o trabalhador encontra-se sujeito a uma situação criada pelo aliciador, que ganha em cima da força de trabalho não paga, que é a própria dívida empregada no momento do aliciamento como: dinheiro para a família, instrumentos de trabalho, hospedagem na pensão, passagens, além da alimentação que também é cobrada. É uma forma de o trabalhador encontrar-se preso a um destino que não imaginaria, pautado na obediência e na sujeição. Para enfatizar esta questão, Martins destaca que:

Numa cultura como a nossa, ainda permeada por múltiplas formas e concepções de obediência e sujeição, há evidentes situações culturais de servidão. São relações e situações que, do ponto de vista formal e conceitual, podem ser definidas como de cativo. Mas sua presumível vítima nelas se encontra voluntariamente por razões culturais. (MARTINS, 1999, p. 163)

São essas razões culturais carregadas pelos trabalhadores, no momento da incorporação da sua dívida com o patrão, que os leva a se sentirem na obrigação de cumprir com os seus compromissos por meio da prestação compulsória do trabalho, como uma forma de expressar a sua lealdade em relação ao patrão. Esse processo de práticas de trabalho escravo por dívida se origina no momento do aliciamento da força de trabalho, recrutada habitualmente em locais distantes, passando pela hospedagem na cidade de origem e pelo transporte dos trabalhadores ao destino onde irão prestar os serviços.

Nesse sentido, Araguaína é a porta de entrada e saída de muitos imigrantes que procuram pensões para sua estadia, isto diante de uma logística que apresenta facilidades de hospedagem, de alimentação, de bebidas e de bordéis. O lugar do recrutamento é a parte de uma cadeia que se forma para as práticas do trabalho escravo contemporâneo por dívida, como podemos mencionar o aliciador, o peão, a pensão, o patrão, elementos que se configuram num só elo que é a superexploração de um dos sujeitos, o trabalhador que vende a força de trabalho e que muitas vezes não recebe por esse bem, tornando-se vítima das atrocidades.

Nas observações de Figueira (2004) percebem-se essas relações de dependência em que o peão se submete, diante da sua condição desigual no sistema capitalista. Neste aspecto, Figueira aponta que:

[...] alguns trabalhadores enredados e submetidos à rede do endividamento progressivo, cativos da dívida, e às vezes do álcool, já submetidos ao isolamento efetivo, econômico e geográfico, entram em um ciclo cujo fim pode ser trágico, de 'negação à vida'. Há uma espécie de suicídio na vida sem perspectiva dos 'peões dos trechos', em que se alteram humilhações e violências em fazendas sucessivas, praticamente a troca de comida (FIGUEIRA, 2004, p. 291). [Grifo do autor]

Nesse cenário, a cidade de Araguaína faz parte dessa corrente que irá constituir o trabalho escravo por dívida, mediante o seu acesso e todo um processo que o condiciona, como a feirinha (local de pequenas pensões e pequenos comércio) e a periferia da cidade que se torna local de aliciamento devido ao estado de extrema vulnerabilidade e miséria, que se encontram esses trabalhadores.

A feirinha é o local estratégico do recrutamento de trabalhadores para serem levados para as fazendas pelos gatos. Esses trabalhadores chegam de vários estados da federação, como Piauí, Ceará, Pernambuco, Maranhão e o próprio Tocantins, que são grandes fornecedores de mão-de-obra.

A feirinha em Araguaína resguarda a sua história de precariedade dos que vivem na dimensão do limite e dá continuidade aos que necessitam de trabalho, mesmo que seja temporário e de certa forma degradante, porque o que está em jogo é a luta pela sobrevivência. A peonagem nasce porque existe toda uma logística que lhes dá sustentação numa dinâmica de trabalho pautada na sujeição do trabalhador aos que possuem os meios de produção.

Dessa forma, a feirinha apresenta toda uma caracterização para que o recrutamento seja efetuado, mediante o domínio do aliciador que tem toda uma ligação efetiva com os donos das pensões. As localidades onde se instalam estes trabalhadores são simples, apresentam toda uma facilidade, desde hospedagem até alimentação. Como já explicitada anteriormente, a feirinha localiza-se às margens de uma das ruas mais movimentadas de Araguaína, a Prefeito João de Sousa Lima, que tem uma atividade de comércio forte como supermercados, lojas de roupas e calçados, lojas de perfumaria, lojas de aparelhos eletrônicos, dentre outros.

Em frente à feirinha, encontra-se a Avenida Filadélfia, que dá acesso à BR 153 (Belém-Brasília) em sua direção Oeste, e na direção Leste dá acesso à TO-222, que, por sua vez, alcança os municípios de Babaçulândia e Filadélfia, esta fazendo fronteira com Carolina-MA e que esta liga a BR 230. São eixos viários importantes que integram a cidade de Araguaína com outros municípios e outros estados.

Geralmente, os trabalhadores aliciados que estão na feirinha vêm por meio dessas rodovias. No outro aspecto, as pensões onde estão os trabalhadores escondem-se por trás de outras atividades, para não levantar suspeita dos agentes da Polícia Federal. Elas são descritas como ambientes de bares ou de comércio.

Portanto, o medo se manifesta na própria fala do dono da pensão quando interrogado sobre a hospedagem de trabalhadores no seu recinto. Ele, que faz parte também da cadeia do trabalho degradante, fala dos trabalhadores e dos gatos de um modo que pretende ser convincente:

E não tem mais acabou. Tinha um restaurantezinho véio, mais acabou tudo. Até Helena acabou, não tem dinheiro e os povos num leva mais. Federal não deixa a gente mais trabalhar. Eles arrocham de lá. Um dia desse pegaram uns ali na pista, na Piçarra. Não tem como. Não tem hotel, não tem lugar nenhum. Dar de comer pra quem levar? Fazendeiro num leva, o gato acabou, não existe mais... até os que moravam aqui foram embora pro Pará. (Fala de um dos entrevistados, maio de 2015)

A fala de uns dos donos de pensão na feirinha demonstra a revolta e a convicção de que está convencendo quem o escuta. Trata-se de uma estratégia para que a corrente do trabalho degradante, contida no trabalho escravo, não seja rompida. Ele é austero ao falar, mas logo se percebe a razão disso: quando indagado sobre a presença da Polícia Federal, ele culpa a instituição por não poder continuar nos seus negócios. É uma forma de se afastar e ao mesmo tempo de se defender de tal responsabilidade que poderá lhe afetar.

A Polícia Federal significa, portanto, um empecilho em suas atividades, porque a sua ação traz transtorno e prejuízo. Por isso o medo de falar a veracidade dos fatos envolve uma corrente, não apenas um dos elementos isolados, mas toda uma cadeia que se forma desde o ato do aliciamento do trabalhador até sua estadia nas pensões da cidade. Trata-se de um processo que pressupõe uma relação entre os aliciadores, os aliciados e os próprios proprietários.

A erradicação desta prática nos estados da federação brasileira, especialmente os da mais nova fronteira agrícola do país (porque são os estados que existem mais vítimas de trabalho escravo por dívida), depende de medidas enérgicas; tais estados envolvidos devem admitir a existência do trabalho escravo contemporâneo, para que haja uma ação que venha erradicar tal ato desumano. No entanto, Araguaína, centro econômico do estado do Tocantins, continua com o seu estereótipo das facilidades de recrutamentos dos trabalhadores vítimas das ações dos aliciadores, os chamados gatos.

Para que o trabalhador se torne vítima das práticas de trabalho escravo por dívida, basta ouvir conversas sobre serviço farto em fazendas, com um bom salário, que embarcam na conversa e vão rumo a esses locais. Uns vão por espontânea vontade, outros são aliciados pelos gatos, (contratantes a serviço dos fazendeiros), que transportam esses trabalhadores em pau-de-arara, caminhonetes, ônibus. E para fugir da Polícia Rodoviária, pagam passagens até um determinado trecho e depois são levados para as pensões ou pequenos hotéis de cidades que têm ligação com os aliciadores, como no caso Araguaína, principal ponto de recrutamento da região norte do Estado do Tocantins, devido, como já dito, às rodovias que a cruzam, seja federal, seja estadual.

Para enfatizar essa questão, um estudo sobre o trabalho escravo no século XXI organizado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), vem confirmar as formas de recrutamentos dos trabalhadores pelos os gatos. Assim menciona:

Esses gatos recrutam pessoas em regiões distantes do local de prestação de serviços ou em pensões localizadas nas cidades próximas. Na primeira abordagem, mostram-se agradáveis, portadores de boas oportunidades de trabalho. Oferecem serviço em fazendas, com garantia de salário, de alojamento e comida. Para seduzir o trabalhador, oferecem ‘adiantamentos’ para a família e garantia de transporte gratuito até o local de trabalho. (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI, 2007, p. 21)

Ainda nessa concepção do aliciamento pelo gato, o estudo demonstra as formas de transporte pelas quais os trabalhadores são levados para trabalhar nas fazendas:

O transporte é realizado por ônibus em péssimas condições de conservação ou por caminhões improvisados sem qualquer segurança. Ao chegarem ao local do serviço, são surpreendidos com situações completamente diferentes das prometidas. Para começar, o gato lhes informa que já estão devendo. O adiantamento, o transporte e as despesas com alimentação na viagem já foram anotados em ‘um caderno’ de dívidas que ficará de posse do gato. Além disso, o trabalhador percebe que o custo de todos os instrumentos que precisar para o trabalho – foices, facões, motosserras, entre outros – também será anotado no caderno de dívida, bem como botas, luvas, chapéus e roupas. Finalmente,

despesas com os improvisados alojamentos e com a precária alimentação serão anotados, tudo a preço muito acima dos praticados no comércio. (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI, 2007, p. 21)

Dessa forma, observa-se toda uma forma de enganação feita pelo gato em relação ao trabalhador, que fica desprovido de qualquer artifício de mudança desse quadro que se instaura perante si, cuja única solução é obedecer às ordens do responsável pela sua contratação. Todo aquele momento de esperança de ter um trabalho com dignidade retrocede a uma condição de tolerância, de dor e medo. O aliciamento e o recrutamento nas pensões da cidade são momentos de passagens para inseri-lo na cadeia do trabalho escravo contemporâneo.

Neste aspecto, as práticas de trabalho escravo contemporâneo diferenciam do trabalho escravo moderno ou colonial pela forma da renda da terra, em que o escravo colonial constituía uma renda capitalizada na figura do escravo, enquanto no contemporâneo a renda está pautada na força do trabalho temporário, no isolamento geográfico e nas próprias condições que estão subestimados, além da violência que se instaura como forma de determinar o domínio dos que tem o poder sobre o outro.

Assim, os locais de aliciamento são determinantes para agrupar os trabalhadores que irão servir ao fazendeiro que usa o seu intermediário para fazer todo o processo de transação, e estes vão a busca de trabalhadores em localidades muitas vezes distantes do serviço oferecido. São nesses encontros e desencontros que a cadeia do trabalho escravo vai sendo construída, numa composição de sujeitos que são determinantes para esta prática que tem sido muito comum na mais nova fronteira agrícola do país, hoje a chamada região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia).

Encontros que se aglutinam numa dinâmica para reprodução do capital em que todos os sujeitos se integram, enquanto que os desencontros constituem as relações diferenciadas de todo o processo de produção, porque as realidades sociais são diferentes. Assim, o capitalismo em si é contraditório e desigual por integrar relações capitalistas de produção como também relações não-capitalistas de produção das quais não existe sistema de salário, mas que é fundamental para a acumulação da mais-valia pelos donos dos meios de produção. Tal conjuntura é assim descrita por Martins:

O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas. (MARTINS, 1997, p. 94)

Nesse sentido, as práticas de trabalho escravo, hoje, constituem um processo de acumulação primitiva do capital, isso porque há um comprometimento da força do trabalho do trabalhador para além da sua própria sobrevivência. Dessa maneira, a busca de serviços em outras localidades e o aliciamento pelos gatos demonstram a expropriação dos trabalhadores ao meio de vida, para serem superexplorado.

Diante dessa questão, o resultado dessas formas de relações de trabalho está vinculado à estrutura agrária brasileira, que emana o poder, a violência contra a dignidade humana, nas quais as pessoas são vergonhosamente aprisionadas na condição análoga ao escravo sem direito, apenas deveres a cumprir, tendo como única ferramenta sua força de trabalho, ou seja, numa moderna forma de submissão do trabalhador, para subtração do que lhe é mais essencial e único bem que lhe proporciona a sua existência. Essa é a teia de relações que se desenrola fomentando o fluxo do modelo econômico vigente.

Considerações finais

Diante do exposto neste trabalho, Araguaína reúne condições favoráveis (mão de obra barata, pobreza em sua periferia etc.) que a tornam vulnerável para o sistema contemporâneo escravocrata. Outra característica peculiar do município é o fato de reunir os maiores fazendeiros da região Norte como residentes, o que explica a formação dos grandes latifúndios que se vivificam principalmente com a construção da Rodovia Belém-Brasília (153), que atraiu dezenas de famílias para os trabalhos de desmatamentos e agenciamento de pasto. Foi nesse período que se formaram as médias e grandes fazendas na região, as quais aí predominam.

A cidade de Araguaína conta com uma estrutura montada para receber os trabalhadores, conhecida popularmente como a “feirinha”¹. Um lugar com duas funções distintas: Primeiro, no decorrer do dia funciona o comércio de mercadorias como açougues, restaurantes, lojinhas de roupas, mercadinho de cereais, e por onde a população transita normalmente. No segundo momento, no cair da noite os bares se acentuam, e as

¹ A chamada feirinha na cidade de Araguaína está em processo de revitalização com novas estruturas dos restaurantes como também do pequeno comércio administrado pela prefeitura da cidade. A feirinha não é mais o lugar principal dos aliciadores e aliciados, diante de tais mudanças, porém outra função acontece que são os que utilizam de drogas.

mercadorias expostas são os seres humanos, que vão desde a prostituição, ao aliciamento da mão-de-obra escrava que se conjugam nesse esquema.

De acordo com alguns estudos, a feirinha foi o principal ponto de aliciamento de trabalhadores escravos. Atualmente esse local já não recebe mais o mesmo contingente de trabalhadores que recebia anos atrás, inclusive alguns estabelecimentos já não funcionam. Entretanto, outros irão vivenciar essa forma camuflada de relações degradantes. Assim, o local ainda fervilha na noite araguainense, propiciando bares, prostituição e sedução de peões. Esse esquema já é negociado com o aliciador que paga essas pequenas dívidas contraídas pelos peões, e estes se tornam seu grilhão que o tornará cativo do sistema e, ao tornar-se desnecessário o trabalho, serão abandonados a sua própria sorte.

Assim, essas teias de relações estabelecidas no rural são decorrentes principalmente da dívida do Estado em relação à sociedade, devido à falta de políticas coercitivas, que restrinjam o poderio do latifúndio fomentado pelo próprio modelo desenvolvimentista econômico. Para que essas formas degradantes de trabalho sejam erradicadas, são necessárias políticas públicas voltadas às questões sociais e econômicas para os milhares de brasileiros sem oportunidades que vivem no interior desse país em condições subumanas.

As condições necessárias apontadas devem estar voltadas para uma vida digna (qualificação profissional, educação, saúde, lazer), justificando a exigência de políticas de distribuição de renda, que se refletem diretamente no combate ao trabalho escravo, além da fiscalização por meio do grupo móvel que tem se intensificado, em conjunto com as instituições não governamentais atuando com rigor como, CPT, (Comissão Pastoral da Terra) Grupo de Direitos Humanos e Ong's (Organização não governamentais), com seus representantes engajados em erradicar esse tipo trabalho que afeta diretamente a condição do homem, enquanto sujeito social.

No entanto, as práticas de trabalho escravo autuadas pela justiça não é uma cultura de um povo, de um lugar. Se assim fosse, não haveria as denúncias aos órgãos públicos por aqueles que se encontram alienados de seus próprios direitos, e têm a justiça como forma de resgatar esses direitos violentados, seja pela exploração do trabalho, seja pela ameaça ou pela prisão diante do isolamento geográfico que se encontram.

A pobreza é o principal propulsor da ultrapassagem de fronteiras geográficas. Em vista da ociosidade da mão-de-obra e do desemprego que assola uma população que sempre trabalhou

no meio rural, o trabalhador se sente obrigado a ir para periferias das cidades, tornando-se vulnerável ao aliciamento.

Dessa forma, a cidade de Araguaína é um reduto de trabalhadores que foram expulsos do campo, de forma direta ou indireta, para se aglomerarem na periferia sem nenhuma profissão, a não ser a de agricultor. É por essa razão que esses trabalhadores se submetem à exploração dos fazendeiros, porque não existe alternativa de trabalho. Além disso, são analfabetos ou semi-analfabetos, condição que lhes dificulta cada vez mais novas profissões. Se Araguaína é porta de entrada e saída de trabalhadores, é porque existe um local de segurança para quem arrisca tais medidas para fazer o contrato e levar os trabalhadores a um destino. Assim, os hotéis da chamada feirinha abrem suas portas para esses clientes especiais, momento em que a dívida é instaurada e a vida passa a custar caro, porque lhes é roubada.

Portanto, diante dessa questão de cunho atual, percebe-se que a mudança precisa ocorrer partindo dos representantes da sociedade no Congresso Nacional, para erradicar esse mal que se expande em todo território brasileiro.

Referências

AJARA, C. (Org). O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Rev.Bras. Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n.5, p. 5-48, out/dez. 1991.

BARBOSA, Y. M. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1999. 158p. Tese, (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 199

BRASIL. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004.

BRASIL. **Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo**. 2. ed. (Rev.). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. **Código Penal; Código de Processo Penal; Constituição Federal**. São Paulo: RIDEEZ, 2003.

BRETON, B. Le. **Vidas roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia brasileira. Tradução: Maysa Monte de Assis. São Paulo: Loyolas, 2002.

CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

FIGUEIRA, R. R. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GASPAR, J. G. **Araguaína e sua região**: saúde como reforço da polarização. 2002. 160f. Dissertação. (Mestrado em geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MARTINS, J, de S. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. (Reflexões sobre riscos da intervenção subinformada). In: CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999.p.127-163.

OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para (não) entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988.

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI. Coordenação do estudo Leonardo Sakamoto. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível: www.cptnac.com.br Acesso em: maio, 2015.

ONG REPÓRTER BRASIL. Disponível: www.reporterbrasil.com.br acesso: jul. 2015.